

RELAÇÕES ENTRE NECESSIDADES E DECISÕES DE CONSUMO

LAURÉNCIA FERNANDA DE O.G. COSTA*

O ser humano é, antes de tudo, um ser constituído de necessidades. Necessita de comer, abrigar-se, vestir-se, comunicar-se, ser feliz e realizar-se. No entanto, diferentemente do animal, o homem é parte de um mundo cultural e, além de atender às necessidades naturais, ele também atende àquelas ligadas ao sentido da vida em sociedade.

Existem diferentes abordagens acerca da origem e evolução das necessidades e suas relações com as decisões de consumo. Obviamente, tais abordagens são produtos sociais e, como tais, devem ser analisadas em sua historicidade "uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações da realidade, têm que ser vistas na sua limitação histórica" (Löwy, p.15).

Abordaremos, a seguir, a visão de alguns economistas e de um sociólogo acerca das relações entre consumo e necessidade.

Carl Menger, economista neoclássico e fundador da Escola Austríaca de Economia, escreveu em seus *Princípios de Economia Política* (1871), que a origem das necessidades está na própria natureza humana, e a demanda de uma pessoa corresponde à quantidade de bens que esta necessita para atender suas necessidades.

Para Menger, o grau de civilização leva à determinação da previdência, ou seja, o planejamento da provisão de necessidades futuras. Nesse planejamento percebe-se que as pessoas levam em conta a possibilidade de evolução das necessidades e, do ponto de vista econômico, estas podem ser quantitativamente determináveis.

Norbet Elias, sociólogo contemporâneo, ao escrever o livro *A sociedade de Corte*, procurou abordar no capítulo intitulado "O sistema de Despesas", a existência de um sistema social de ordens e valores que regem as decisões de consumo dos indivíduos e dos grupos.

Ao analisar a sociedade francesa, particularmente do período de Luís XIV, Elias verificou que a burguesia procurava manter um equilíbrio entre receitas e despesas, consumindo abaixo do nível das receitas, com vistas à acumulação de capital. Diferentemente, a nobreza adequava suas despesas exclusivamente à posição social, ou seja, era preciso gastar para ter prestígio, sob pena de renunciar ao convívio com seus semelhantes, de deixar de pertencer ao grupo enquanto tal.

Comparando a sociedade de corte às sociedades industriais evoluídas, Elias observa que a evolução e a mudança de valores tornou o consumo de prestígio mais privado. Ele deixou de ser responsável pela exclusão dos mecanismos de poder e não tem mais o caráter imperativo.

Observa-se que, no que concerne à metodologia das duas análises feitas acima, Menger realiza uma explanação de caráter geral, enquanto Elias trata especificamente de uma sociedade de corte no século XVII. Este procura mostrar "em cada acontecimento, gesto individual ou intuição, uma parcela do todo, a vida em sociedade, caracterizada por ser um tecido de relações em que não há sobre-determinação" (Miceli).

O consumo para Menger, está relacionado ao atendimento das necessidades naturais dos indivíduos. Para Elias, como ele é criado pela sociedade, relaciona-se diretamente à necessidade de sobrevivência social de cada grupo. Menger, porém, não descarta a existência das necessidades sociais, só não as vê como um imperativo de sobrevivência.

Vinte anos depois da publicação de Menger, em 1890, Alfred Marshall, também economista neoclássico, publicou *Princípios de Economia*, onde desenvolve a idéia de que, nos estágios mais avançados da civilização, são as novas atividades que criam novas necessidades.

Marshall considera, assim como Menger, a existência de necessidades naturais. No entanto, afirma que, à medida que aumenta o grau de civilização do homem, suas necessidades diversificam-se. O consumo passa, então, a variar de acordo com a época, classe, sexo, lugar e hábitos. Assim, quando os gastos ultrapassam os limites das causas naturais, e as necessidades convencionais são maiores, é mais para atender a desejos de ostentação, do que para satisfazer os próprios sentidos.

Necessidade e consumo continuaram sendo abordados nas obras de vários economistas. Em 1983, numa edição revista e atualizada pelo próprio John Kenneth Galbraith, de *O Novo Estado Industrial*, o autor afirma ser o produto quem cria as necessidades.

Galbraith parte da análise dos fluxos de instruções que ocorrem na sociedade. A teoria ortodoxa supõe

que existia um fluxo de instruções numa só direção: do indivíduo para o mercado e deste para o produtor. Haveria, portanto, a soberania do consumidor. Esta é a chamada *Seqüência Aceita* que, para o autor, só predomina onde ainda existe o sistema de mercado, ou seja, fora do sistema de planejamento.

Segundo Galbraith, "a noção de o consumidor distribuir sua renda a ponto de maximizar as satisfações que se originam dele próprio e de seu ambiente" - pressuposto da seqüência aceita - "não era apropriada numa fase anterior do desenvolvimento econômico". Os produtores "não se encontravam sob a compulsão de planejar e, portanto, não precisavam recorrer à persuasão - controlar a demanda" (Galbraith").

No entanto, na era do sistema de planejamento, esse fluxo de instruções se inverte. Galbraith o denomina de *Seqüência Revista*, onde o produtor procura moldar o comportamento do consumidor, acomodando-o às suas necessidades e aos objetivos da tecnologia.

Na prática, a crença na seqüência aceita, coloca os consumidores numa posição passiva diante do controle das grandes corporações. Galbraith tenta, assim, desmistificar a doutrina neoclássica, seus princípios e pressupostos liberais. Ao contrário do que diziam os neoclássicos, o sistema econômico não é caracterizado pela "concorrência perfeita", sendo necessárias medidas reguladoras que restringam o controle sobre o consumidor.

Como foi dito no início desse artigo, o homem possui necessidades naturais, necessidades essas ligadas à sua sobrevivência biológica, e o consumo inicia-se no sentido de satisfazê-las; daí a importância que Marshall também atribui a estas e que deve ser ressaltado.

Não existe uma organização hierárquica quando se trata de necessidades, uma vez que estão relacionadas a situações diversas. Assim como Norbert Elias, podemos concluir que é a cultura que norteia a forma como o atendimento destas necessidades - o consumo - se realizará ●

* LAURÉNCIA FERNANDA DE O.G. COSTA é aluna do curso de Economia da Universidade Federal da Bahia